

CLUBS
DANCING



FALAR de MULHERES Dez anos depois

COORDENAÇÃO
Isabel Henriques de Jesus,
Paula Gomes Ribeiro, Rita Mira
e Zília Osório de Castro

GÉNERO E TOMADA DE DECISÃO
NA ESFERA POLÍTICA EM PORTUGAL
Manuel Lisboa | Ana Lúcia Teixeira

húmus



GÉNERO E TOMADA DE DECISÃO NA ESFERA POLÍTICA EM PORTUGAL

Manuel Lisboa*

Ana Lúcia Teixeira**

Resumo: Apesar das enormes transformações sociais ocorridas em Portugal nos últimos 40 anos, incluindo as legais, persiste uma grande assimetria na participação de mulheres e homens em posições de liderança, nomeadamente política. Ainda que o número de mulheres nas elites políticas tenha vindo a aumentar, este é um processo lento, mais lento que em outras esferas sociais (como a educação ou o mercado de trabalho), dificultando a construção de sociedades mais inclusivas e democráticas. Com este artigo pretende-se abordar a presente situação relativamente à participação das mulheres nas elites políticas, enfatizando a actualidade da questão.

Palavras-chave: desigualdades de género, elites políticas, contexto português.

Abstract: Despite the great social and statutory transformations of the last 4 decades in Portugal, a large asymmetry between women and men in leadership positions persists, particularly in the political domain. Albeit the increasing number of women taking political seats, this has been a slow growing process, far slower than in other domains (such as the secondary or tertiary education or the labour market), impairing the construction of more inclusive and democratic societies. This presentation briefly addresses the current situation regarding the participation of women in political elites, stressing this issue's topicality.

Keywords: gender inequalities, political elites, Portuguese context.

* Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal.
m.lisboa@fcsh.unl.pt.

** Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal.
analuciateixeira@fcsh.unl.pt.

Portugal viveu no último quartel do século passado um processo singular a nível europeu: passou de um regime autoritário para uma democracia, ao mesmo tempo que deu passos decisivos na modernização da sociedade, nos planos económico, político, social e cultural.

Em todas estas dimensões vão sendo apagados os muitos traços de uma sociedade rural que dão lugar a práticas e valores de maior igualdade e participação de todos/as os/as cidadãos/ãs na vida pública, acompanhando aquilo que Inglehart e Norris (2003) designam de “rising tide of gender equality”.

Portugal é um país de modernização tardia no contexto europeu, modernização essa que se acelera depois dos anos sessenta do século passado, sobretudo após o 25 de Abril de 1974 (Lisboa, 2002).

Pensamos que esse processo de modernização e democratização nunca será completo sem a quebra das barreiras formais e informais à participação das mulheres em todas as esferas sociais, particularmente nas do poder económico e político. De facto, só mais recentemente as questões de género têm sido trazidas para as áreas do estudo das organizações (Acker, 1990; Santos, 2010) e das elites políticas (Lovenduski, 1992): as organizações de poder são tacitamente vistas como oligarquias masculinas, facto que foi sendo ignorado ao longo do tempo (Vianello & Moore, 2004).

Questionamo-nos então sobre o que é que mudou e que imobilismos ainda se verificam nos centros de tomada de decisão do poder político, a começar pelos hierarquicamente mais elevados e socialmente mais valorizados.

Antes de nos centrarmos nos últimos dez anos, recuaremos ao período do pós-25 de Abril de 1974, por forma a dar conta do processo social e histórico que enforma a actualidade.

Num estudo por nós efectuado entre 2003 e 2005 (financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, PIHM/SOC/49931/2003), questionámo-nos justamente sobre o que teria mudado no Portugal democrático em relação à participação das mulheres nos centros de tomada de decisão mais elevados, das esferas económica e política, de 1974 a 2004. No âmbito desta exposição, centrar-nos-emos apenas no campo político.

Nesse estudo (Lisboa, Frias, Roque & Cerejo, 2006) foram analisados/as os/as ocupantes dos cargos cimeiros do poder político – primeiros/as-ministros/as, ministros/as, secretários/as de Estado, chefes de gabinete, adjuntos/as e assessores/as.

No total, foram analisados 2887 cargos, correspondentes aos 22 governos constitucionais daquele período.

A participação das mulheres nos governos

Globalmente, em relação à totalidade de cargos analisados nos 22 governos, a participação das mulheres situa-se nos 24%. Quando fazemos uma análise com um maior nível de desagregação e observamos os cargos individualmente, encontramos grandes assimetrias.

No cargo de primeiro/a-ministro/a, os 40 anos de democracia viram apenas uma mulher, como sabemos, Maria de Lurdes Pintasilgo (ainda que por apenas cinco meses, entre Agosto de 1979 e Janeiro de 1980). E nos cargos de ministros/as e secretários/as de Estado a participação das mulheres ronda somente os 5% e 7%, respectivamente.

Mas aquilo que se revela particularmente interessante é que, quando descemos na importância política e executiva dos cargos, a participação das mulheres vai aumentando, situando-se mesmo em valores superiores a 50% nos cargos de adjunto/a e assessor/a.

Quadro 1.
Número de cargos ocupados nos governos por sexo, 1974-2005

Cargos nos Governos	H	%	M	%	Total
Primeiro/a-Ministro/a	22	95,7	1	4,3	23
Vice-Primeiro/a-Ministro/a	6	100	0	0	6
Ministros/as	457	95,0	24	5,0	481
Secretários/as de Estado	807	92,9	62	7,1	869
Chefes de Gabinete	384	82,2	83	17,8	467
Adjuntos/as	370	48,9	386	51,1	756
Assessores/as	137	48,1	148	51,9	285
Total	2183	75,6	704	24,4	2887

Fonte: Estudo *As Mulheres e as Elites Políticas e Económicas*, 2003-2005, SociNova/FCSH-UNL.

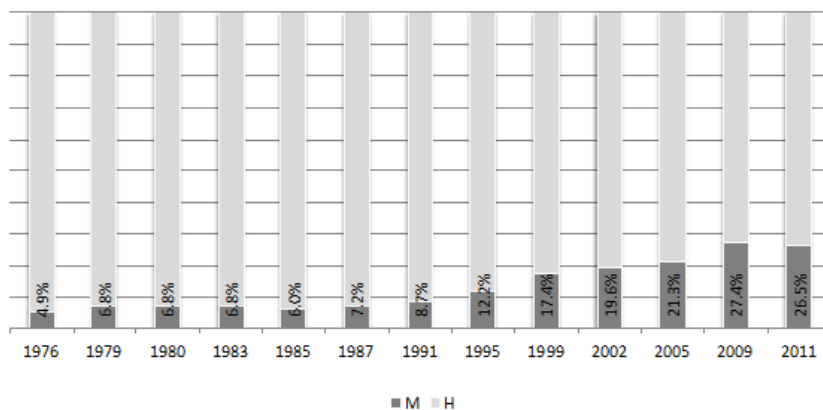
Inversamente, ao subirmos na hierarquia do poder, diminui a probabilidade de encontrar mulheres. Ou seja, os cargos onde as mulheres têm maior participação correspondem a lugares de “apoio” e “influência”, sendo deixados os lugares de primeira linha, de maior poder e iniciativa, para os homens.

Tudo indica que estamos mais uma vez perante um fenómeno de reprodução dos estereótipos dos papéis de género que, ao nível do poder, secundarizam o feminino (Amâncio, 2004; Archer & Lloyd, 2002). Persiste, pois, um fenómeno de *glass ceiling* (e.g., Maume, 1999; Morrison & von Glinow, 1990) que impede as mulheres de acederem às posições de maior poder e de tomada de decisão. Estas barreiras são, no que diz respeito a Portugal, maioritariamente informais e incluem um conjunto de factores de ordem endógena e exógena (Jordão, 2000) que passam por: questões de carácter socioeconómico (Christmas-Best & Kjær, 2007; Kenworthy & Malami, 1999; Matland, 1998; Paxton, 1997; Zimmerman, 1994); processos históricos de desvalorização do papel social das mulheres (Reynolds, 1999; Shvedova, 2005); pouca experiência política das mulheres decorrente também de um processo de auto-selecção (Blickenstaff, 2005; Van Anders, 2004); fraca presença de mulheres em contextos de recrutamento político (Espada, Vasconcellos & Coucello, 2002; Martins & Teixeira, 2005; Mendes, 1993; Santana, 2009); ou a própria configuração do sistema eleitoral e político (Norris, 1985; Norris & Lovenduski, 2005; Rule, 1987). Mas são também as questões da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar que representam ainda nos dias de hoje uma limitação à participação das mulheres nestas actividades, patente na muito desigual distribuição do trabalho não pago entre homens e mulheres, não apenas no que diz respeito à quantidade, mas também em termos funcionais: são as mulheres que mais estão encarregadas do trabalho doméstico, e as tarefas que elas e eles desempenham são de natureza diferente (Bianchi, Milkie, Sayer & Robinson, 2000; Casaca, 2010; Perista, 1999, 2002; Torres, 2004).

Os resultados do estudo acima enunciado revelam claramente ainda que as mulheres têm uma maior participação nas áreas sociais, particularmente nas que estão associadas ao “cuidar” e à “educação” (Lopes, 2009), enquanto as da “energia” e das “finanças” são ocupadas sobretudo por homens.

Não tendo sido possível continuar este estudo longitudinal até aos dias de hoje, recorreremos a outros indicadores para a análise da

Figura 1.
Composição da Assembleia da República por sexo, 1976-2011 (%)



Fonte: Comissão Nacional de Eleições.

situação relativamente aos últimos dez anos, que revelam, sem dúvida, progressos, mas ainda limitados.

Começando pela representação parlamentar, nota-se um aumento constante, em linha com o observado no contexto internacional (Ballington & Karam, 2005; Inter-Parliamentary Union, 2015; Paxton, Hughes & Painter, 2010). Ainda assim, apesar da introdução da Lei da Paridade (em 2006), a proporção de mulheres eleitas para o Parlamento situa-se, em 2011, nos 26,5% (Figura 1), abaixo do mínimo definido para as listas eleitorais, que é de 33,3% de pessoas de cada um dos sexos.

De facto, o aumento da presença das mulheres nas elites políticas não acompanhou o ritmo do crescimento da feminização de outras áreas como as da educação ou do mercado de trabalho (Ferreira, 1999; Oliveira, Batel & Amâncio, 2010; Viegas & Faria, 2001).

Considerando a população activa, que representa o segmento da população mais jovem e, portanto, o que mais beneficiou do aumento generalizado da aquisição de credenciais educacionais, observa-se um equilíbrio entre os sexos ao nível do 1.º ciclo e do ensino secundário e pós-secundário. Encontra-se ainda uma sub-representação das

mulheres ao nível dos 2.º e 3.º ciclos, compensada por uma maior proporção no ensino superior relativamente aos homens. Segundo os dados de 2014, 24% das mulheres em idade activa têm o ensino superior, ao passo que este nível de escolaridade é observado em apenas 15% dos homens em idade activa (FFMS, 2015b, 2015c).

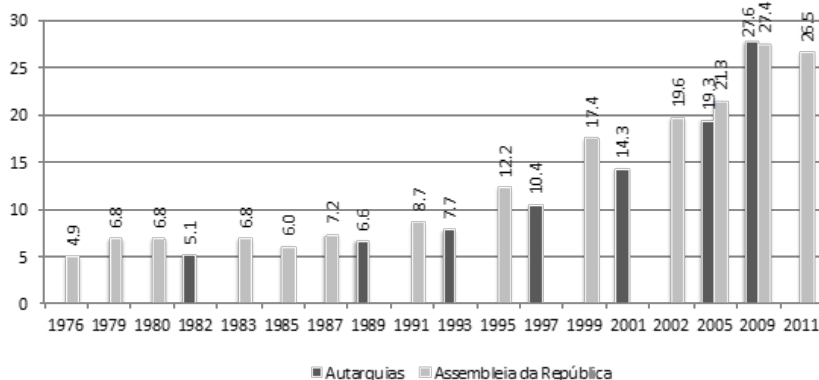
No que diz respeito aos graus de doutoramento, em 2013, 55% dos doutoramentos terminados em Portugal foram realizados por mulheres, valores bem distantes dos 6,7% de 1970 (FFMS, 2015a).

Ainda que não se possa estabelecer uma correspondência directa e mecânica entre a detenção de credenciais escolares e as oportunidades de trabalho, estes dados corroboram claramente o facto de não serem formais as barreiras que se colocam às mulheres no acesso a posições cimeiras nas hierarquias laborais.

Mas a desproporção que se verifica nos/as eleitos/as para o Parlamento não é característica exclusiva da política nacional. Quando comparamos com o poder local, a situação é semelhante, praticamente sempre em desfavor das autarquias locais, onde a presença das mulheres tem sido sempre um pouco mais baixa (Figura 2).

No caso do poder local, quando se observam mais de perto os cargos de presidência de câmara, aqueles com maior notoriedade pública

Figura 2.
Eleitas para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais,
1976-2011 (%)



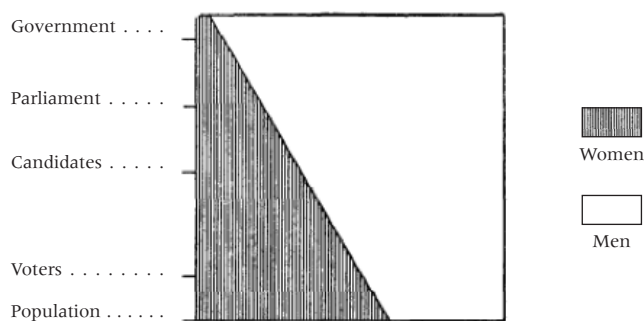
Fonte: Comissão Nacional de Eleições; Direcção-Geral da Administração Interna.

e influência política, verifica-se que a proporção de mulheres é dramaticamente baixa. Apesar de ter aumentado, em termos absolutos, nos últimos dez anos, o seu valor ainda se situa nos 7,5% (nas eleições autárquicas de 2013), correspondendo a 23 mulheres num universo de 308 executivos municipais (DGAI, 2013).

A propósito dos papéis políticos de homens e mulheres, é ainda importante recuperar a análise e o modelo de Maurice Duverger, cujo trabalho é considerado como seminal relativamente ao estudo do papel das mulheres na política (Christmas-Best & Kjær, 2007). Apesar de todas as mudanças que se têm operado na sociedade portuguesa, é interessante verificar como o modelo de não-proporcionalidade de Duverger (1955) (Figura 3), pode ser validado com dados empíricos mais de meio século depois (Figura 4, pág. seguinte).

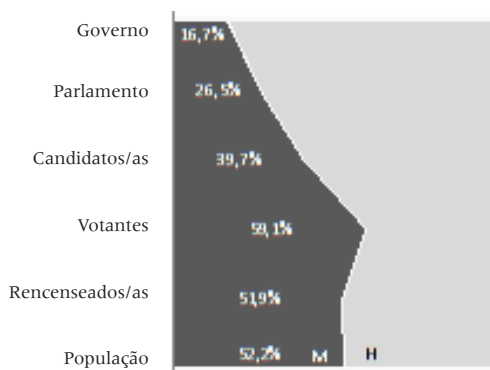
De facto, os dados recolhidos para Portugal relativos às categorias usadas por Duverger revelam um afastamento das mulheres, em termos proporcionais, das várias instâncias de participação política, tanto maior quanto mais elevado o grau de poder de decisão. Assim, apesar de o número de mulheres e homens ser relativamente equilibrado em termos de população residente e de participação eleitoral, esta proporcionalidade é abandonada quando olhamos para os/as candidatos/

Figura 3.
Papéis políticos de homens e mulheres
(modelo de 1955)



Fonte: Duverger (1955).

Figura 4.
Papéis políticos de homens e mulheres em Portugal
na actualidade



Fontes: Governo 2011 (Governo de Portugal, 2015); Eleitos/as para o Parlamento 2011 (DGA, 2011); Candidatos/as às eleições legislativas 2011 (CNE, 2011); Votantes 2012 (ESS, 2012)*; Recenseados/as eleitorais 2011 (FFMS, 2015d); População residente 2011 (INE, 2015).

* É de referir que estes dados devem ser lidos como uma aproximação à situação real, uma vez que não correspondem a dados administrativos, dizendo respeito às respostas à pergunta “Votou nas últimas eleições?”.

as às eleições legislativas e ainda mais quanto aos/às eleitos/as para o Parlamento, sendo, por fim, o número de nomeados/as para o governo aquele que é mais desequilibrado em desfavor das mulheres. Se, como referem Almeida e Pinto, “as in other European democracies, ‘specialist recruitment patterns’ appear to have been the most important factors enabling women to enter government” (Almeida & Pinto, 2003, p. 26), podemos, no mínimo, questionar o porquê das sucessivas reduzidas proporções de mulheres nos governos. Tendo em conta que Portugal tem uma elevada taxa de emprego feminino e que as credenciais escolares das mulheres têm vindo a aumentar consistentemente ao longo dos anos, não é suficiente pensar na meritocracia como o principal motor de recrutamento das elites ministeriais. Nesse sentido, estas disparidades devem ser abordadas enquanto reflexo de desigualdades de género estruturais e transversais às várias dimensões da sociedade. Se as políticas de acção afirmativa, como a implementação de quotas nas listas eleitorais, se constituem como um mecanismo necessário e eficaz no impulsionamento da mudança (Dahlerup & Freidenvall, 2005;

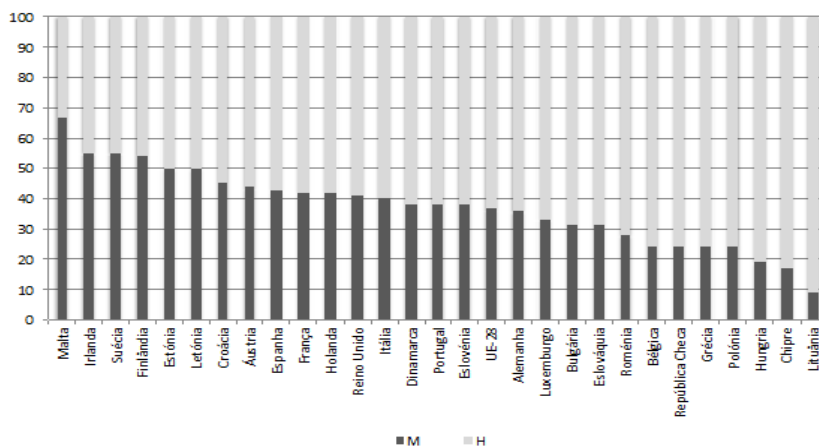
Matland & Studlar, 1996; Tripp & Kang, 2008; Vianello & Moore, 2004), não podem porém ser tidas como medidas suficientes para a alteração de um paradigma de género (Dahlerup, 2005; Verge & Fuente, 2014) que continua a associar as mulheres a papéis de género associados à esfera privada (Dahlerup, 2005; Linsley *et al.*, 2006; Reynolds, 1999; Shvedova, 2005).

Poderíamos ainda falar da participação das mulheres no Parlamento Europeu, onde Portugal ocupa uma posição muito próxima da média europeia, mas ainda assim abaixo de catorze outros países (Figura 5). Em todo o caso, a proporção de mulheres portuguesas neste organismo (38%) está acima dos valores registados para a Assembleia da República ou para as autarquias locais.

Em síntese, apesar das melhorias já verificadas no campo político em relação à participação das mulheres nos cargos de tomada de decisão, esta participação parece ainda não ser suficiente.

Voltando à pergunta inicial desta publicação, depois de todos estes anos, valerá ainda a pena falar de mulheres? Na nossa opinião, a resposta é afirmativa.

Figura 5.
Composição do Parlamento Europeu por sexo, 2014 (%)



Fonte: European Commission (2015).

Vale a pena continuar a falar de mulheres porque, infelizmente, ainda estamos longe de ver eliminadas as desigualdades de género e de relações de poder entre o masculino e o feminino, que tanto as têm penalizado. A sucessiva queda de barreiras formais à entrada das mulheres em diferentes esferas sociais, nomeadamente nas elites políticas, vai revelando a existência de outras barreiras, essas informais, que são de mais difícil identificação e mudança, justamente por assentarem em estruturas incorporadas e naturalizadas tanto pelos homens como pelas mulheres e por serem legitimadas e reproduzidas a nível institucional (Bourdieu, 1999). A entrada das mulheres no mercado de trabalho e no meio académico ou a alteração do seu papel na esfera pública são exemplos de rápidas mudanças possibilitadas por uma regulamentação jurídica. Já a participação das mulheres nas esferas de topo (política, empresarial) não acompanhou aquele crescimento, ainda que não existam barreiras regulamentares (Ferreira, 1999; Oliveira, Batel & Amâncio, 2010; Viegas & Faria, 2001).

A mudança de mentalidades e práticas faz-se num tempo longo que envolve várias gerações, e a educação para a igualdade e para a cidadania constitui-se, indubitavelmente, como uma dimensão de enorme centralidade neste processo de mudança.

Conclusão

Nesta breve conclusão pretende-se somente assinalar os principais pontos de chegada, resultantes da análise dos dados recolhidos, e lançar pistas sobre alguns dos caminhos a percorrer em investigações futuras.

Os dados revelam que, apesar das inegáveis melhorias que o país conheceu durante os últimos anos, há ainda um défice da participação das mulheres nas posições de topo.

As dificuldades de mobilidade vertical das mulheres em relação aos lugares de topo ficam bem patentes quando se verifica que as que conseguem “furar a barreira” tendem a ocupar apenas os cargos de apoio à decisão em vez de lugares em áreas estratégicas de decisão e ação.

Em síntese, apesar dos 40 anos de democracia vividos em Portugal, a liderança política e económica é ainda de difícil acesso às mulheres – de forma ainda mais vincada nas elites económicas (Epstein & Coser, 1981; Singh & Vinnicombe, 2004), reflectindo um persistente fenómeno de *glass ceiling* que as deixa relativamente ausentes das posições de poder e de tomada de decisão.

Seria importante compreender melhor as dinâmicas sociais que subjazem à fraca participação das mulheres nos lugares de topo, bem como entender o como e o porquê dos poucos casos de sucesso.

A análise de trajectórias sociais e profissionais, da compatibilização da vida profissional e pessoal e dos constrangimentos sociais e culturais associados à identidade dos papéis de género são alguns dos aspectos que deverão ser aprofundados – mais ainda no actual contexto de crise que, tendo também consequências gravosas para os homens, penaliza as mulheres de forma mais duradoura (European Women's Lobby, 2012; Morin-Chartier, 2012).

A compreensão deste fenómeno é da maior importância. De facto, sabendo-se que as mulheres representam mais de metade da população do país e que têm uma cada vez maior participação nas universidades, são de esperar alterações significativas na estrutura social no futuro próximo; particularmente nos campos do poder político e económico, onde o capital escolar é um vector incontornável no funcionamento das organizações modernas, mas não o único.

Bibliografia

- ACKER, J. (1990). Hierarchies, jobs, bodies: A theory of gendered organizations. *Gender & Society*, 4(2), 139-158.
- ALMEIDA, P. T. & PINTO, A. C. (2003). Portuguese Ministers, 1851-1999: Social background and paths to power. In P. T. Almeida, A. C. Pinto & N. Bermeo (eds.), *Who Governs Southern Europe? Ministerial change and ministerial recruitment, 1850-2000* (4-37). London: Frank Cass.
- AMÂNCIO, L. (2004). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- ARCHER, J. & LLOYD, B. (2002). *Sex and Gender*. Cambridge University Press.
- BALLINGTON, J. & KARAM, A. (eds.) (2005). *Women in Parliament: Beyond numbers*. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- BIANCHI, S. M., MILKIE, M. A., SAYER, L. C. & ROBINSON, J. P. (2000). Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor. *Social forces*, 79(1), 191-228.
- BLICKENSTAFF, J. C. (2005). Women and science careers: leaky pipeline or gender filter? *Gender and Education*, 17(4), 369-386.
- BOURDIEU, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta.

- CASACA, S. F. (2010). A (des)igualdade de género e a precarização do emprego. In V. Ferreira (ed.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e circunstâncias* (261-291). Lisboa: CITE.
- CHRISTMAS-BEST, V. & KJÆR, U. (2007). Why so few and why so slow? Women as parliamentary representatives in Europe from a longitudinal perspective. In M. Cotta & H. Best (eds.), *Democratic Representation in Europe. Diversity, change, and convergence* (77-105). Oxford: Oxford University Press.
- COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (CNE) (2011). Eleições para a Assembleia da República 2011. Acedido Outubro 29, 2015, em <http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-2011>.
- DAHLEUP, D. (2005). Increasing women's political representation: new trends in gender quotas. In J. Ballington & A. Karam (eds.), *Women in Parliament: Beyond numbers* (141-153). Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- DAHLEUP, D. & FREIDENVALL, L. (2005). Quotas as a 'fast track' to equal representation for women: Why Scandinavia is no longer the model. *International Feminist Journal of Politics*, 7 (1), 26-48.
- DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DGAi) (2011). Eleições legislativas 2011. Acedido Outubro, 29, 2015, em <http://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2011/index.html>.
- DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DGAi) (2013). Eleições autárquicas 2013. *Administração eleitoral*. Acedido Outubro, 29, 2015, em <http://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2013/candidatos.html>.
- DUVERGER, M. (1955). *The Political Role of Women*. [S.l.]: UNESCO.
- EPSTEIN, C. F. & COSER, R. L. (eds.) (1981). *Access to Power. Cross-national studies of women and elites*. London: George Allen & Unwin.
- ESPADA, I., VASCONCELLOS, G. & COUCELLO, A. (2002). *Género e Comportamento Eleitoral. O eleitorado português e a actividade política das mulheres*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- ESS ROUND 6: EUROPEAN SOCIAL SURVEY ROUND 6 DATA (ESS) (2012). Data file edition 2.1. Norwegian Social Science Data Services. Norway – Data Archive and distributor of ESS data.
- EUROPEAN COMMISSION (2015). European Parliament. *Women and Men in decision-making*. Acedido Outubro, 29, 2015, em http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/gender-decision-making/database/index_en.htm.
- EUROPEAN WOMEN'S LOBBY (2012). *The price of austerity – the impact on women's rights and gender equality in Europe (Web edition)*. October.
- FERREIRA, V. (1999). Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 199-227.

- FFMS (2015a). Doutoramentos: total e por sexo. *PORDATA – Estatísticas, Gráficos e Indicadores de Municípios, Portugal e Europa*. Acedido Outubro, 29, 2015, em <http://www.pordata.pt/Portugal/Doutoramentos+realizados+em+Portugal+ou+no+estrangeiro+e+reconhecidos+por+universidades+portuguesas+total+e+por+sexo-681>.
- FFMS (2015b). População residente do sexo feminino com 15 a 64 anos e 65 mais anos: por nível de escolaridade completo mais elevado. *PORDATA – Estatísticas, Gráficos e Indicadores de Municípios, Portugal e Europa*. Acedido Outubro, 29, 2015, em <http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+do+sexo+feminino+com+15+a+64+anos+e+65+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado-195>.
- FFMS (2015c). População residente do sexo masculino com 15 a 64 anos e 65 mais anos: por nível de escolaridade completo mais elevado. *PORDATA – Estatísticas, Gráficos e Indicadores de Municípios, Portugal e Europa*. Acedido Outubro, 29, 2015, em <http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+do+sexo+masculino+com+15+a+64+anos+e+65+e+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado-196>.
- FFMS (2015d). Recenseados: total e por sexo. *PORDATA – Estatísticas, Gráficos e Indicadores de Municípios, Portugal e Europa*. Acedido Outubro, 29, 2015, em <http://www.pordata.pt/Portugal/Recenseados+total+e+por+sexo-2251>.
- GOVERNO DE PORTUGAL (2015). Arquivo histórico/XIX Governo Constitucional 2011-2015. Acedido Outubro, 29, 2015, em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19.aspx>.
- INGLEHART, R. & NORRIS, P. (2003). *Rising Tide: Gender equality and cultural change around the world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2015). População residente (Série longa, início 1970 – N.º) por Sexo e Idade. *Estimativas Anuais da População Residente*. Acedido Outubro, 29, 2015, em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001223&contexto=bd&selTab=tab2.
- INTER-PARLIAMENTARY UNION (2015). Women in national parliaments. *Women in politics*. Acedido Novembro, 20, 2015, em <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>.
- JORDÃO, A. (2000). Protagonistas do poder local: obstáculos e oportunidades. *Ex aequo*, 2/3, 117-123.
- KENWORTHY, L. & MALAMI, M. (1999). Gender inequality in political representation: a worldwide comparative analysis. *Social Forces*, 78(1), 235-268.
- LINSLEY, B., MARIE, A., MARTIN, R. & STACEY, L. (2006). *Women in Chamber. Barriers to female representation in local politics*. London: The New Politics Network.

- LISBOA, M. (2002). *A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes*. Lisboa: Educa.
- LISBOA, M., FRIAS, G., ROQUE, A., & CEREJO, D. (2006). Participação das mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal democrático (25 de Abril de 1974 a 2004). *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, 163-187.
- LOPES, A. M. (2009). *Desigualdades de Género no Poder Local: duas autarquias em estudo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra, Portugal.
- LOVENDUSKI, J. (1992). Gender and politics. In M. Hawkesworth & M. Kogan (eds.), *Encyclopedia of Government and Politics* (Vol. I, 603-615). London: Routledge.
- MARTINS, M. & TEIXEIRA, C. P. (2005). *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*. Lisboa: CIDM.
- MATLAND, R. (1998). Women's representation in national legislatures: developed and developing countries. *Legislative Studies Quarterly*, 23(1), 109-125.
- MATLAND, R. & STUDLAR, D. (1996). The contagion of women candidates in single-member district and proportional representation electoral systems: Canada and Norway. *The Journal of Politics*, 58(3), 707-733.
- MAUME, D. J. (1999). Glass ceilings and glass escalators occupational segregation and race and sex differences in managerial promotions. *Work and Occupations*, 26(4), 483-509.
- MENDES, M. (1993). As elites políticas num concelho da Área Metropolitana do Porto. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, 177-198.
- MORIN-CHARTIER, E. (2012). *Projecto de Relatório sobre o Impacto da Crise Económica na Igualdade de Géneros e nos Direitos da Mulher (2012/2301(INI))*. Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, Parlamento Europeu.
- MORRISON, A. M. & VON GLINOW, M. A. (1990). Women and minorities in management. *American Psychologist*, 45(2), 200-208.
- NORRIS, P. (1985). Women's legislative participation in Western Europe. *Western European Politics*, 8(4), 90-101.
- NORRIS, P. & LOVENDUSKI, J. (2005). Women as political leaders worldwide: cultural barriers and opportunities. In S. Thomas & C. Wilcox (eds.), *Women and Elective Office: Past, present, and future* (244-263). Oxford: Oxford University Press.
- OLIVEIRA, J. M., BATEL, S. & AMÂNCIO, L. (2010). Uma igualdade contraditória? Género, trabalho e educação das "elites discriminadas". In V. Ferreira (ed.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e circunstâncias* (247-260). Lisboa: CITE.
- PAXTON, P. (1997). Women in national legislatures: a cross-national analysis. *Social Science Research*, 26(4), 442-464.

- PAXTON, P., Hughes, M. & Painter, M. (2010). Growth in women's political representation: A longitudinal exploration of democracy, electoral system and gender quotas. *European Journal of Political Research*, 49(1), 25-52.
- PERISTA, H. (1999). *Os Usos do Tempo e o Valor do Trabalho: Uma questão de género*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- PERISTA, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, XXXVII(163), 447-474.
- REYNOLDS, A. (1999). Women in the legislatures and executives of the world: knocking at the highest glass ceiling. *World Politics*, 51(4), 547-572.
- RULE, W. (1987). Electoral systems, contextual factors and women's opportunity for election to parliament in twenty-three democracies. *Western Political Quarterly*, 40, 477-498.
- SANTANA, V. (2009). *Género nos Sindicatos. Igualdades, desigualdades e diferenças*. Lisboa: Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.
- SANTOS, G. G. (2010). Gestão, trabalho e relações sociais de género. In V. Ferreira (ed.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e circunstâncias* (99-138). Lisboa: CITE.
- SHVEDOVA, N. (2005). Obstacles to women's participation in parliament. In J. Ballington & A. Karam (eds.), *Women in Parliament: Beyond numbers* (33-50). Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- SINGH, V. & Vinnicombe, S. (2004). Why so few women directors in top UK boardrooms? Evidence and theoretical explanations. *Corporate Governance: An international review*, 12(4), 479-488.
- TORRES, A. (2004). *Vida Conjugal e Trabalho*. Oeiras: Celta.
- TRIPP, A. M. & Kang, A. (2008). The global impact of quotas on the fast track to increased female legislative representation. *Comparative Political Studies*, 41(3), 338-361.
- VAN ANDERS, S. (2004). Why the academic pipeline leaks: Fewer men than women perceive barriers to becoming professors. *Sex Roles*, 51(9-10), 511-521.
- VERGE, T. & Fuente, M. d. l. (2014). Playing with different cards: Party politics, gender quotas and women's empowerment. *International Political Science Review*, 35(1), 67-79.
- VIANELLO, M. & Moore, G. (eds.). (2004). *Women and Men in Political and Business Elites: A comparative study in the industrialized world*. London: SAGE Publications.
- VIEGAS, J. M. L. & Faria, S. (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras: Celta.
- ZIMMERMAN, J. F. (1994). Equity in representation for women and minorities. In W. Rule & J. F. Zimmerman (eds.), *Electoral Systems in Comparative Perspective: Their impact on women and minorities* (3-13). Westport: Greenwood Press.

FALAR de MULHERES Dez anos depois

Para recordar a criação, em 1914, do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, o Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais/Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, em conjunto com o Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical/Núcleo de Estudos em Género e Música, realizou as Jornadas Internacionais **Falar de Mulheres. Dez anos depois**, nos dias 20 e 21 de Outubro de 2014, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Se por um lado retomou, deste modo, uma iniciativa denominada genericamente **Falar de Mulheres**, por outro pretendeu chamar a atenção para o caminho desde então percorrido em Portugal, no sentido da dignificação das mulheres e da sua identidade. O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas pretendeu, de facto, reunir numa frente única as associações femininas existentes então em Portugal, mostrando que um ideal comum as devia congregar para além das diferenças específicas de cada uma delas, conjugando a universalidade com as particularidades dos seus objectivos.

Este mesmo espírito, que se foi concretizando ao longo dos anos da existência do Conselho (seria extinto em 1947), presidiu igualmente à organização destas Jornadas comemorativas. A variedade dos estudos então apresentados e agora aqui publicados aponta para a permanência de um caminho único globalizante e para as vias singulares, individuais e colectivas das opções que se vêm efectivando. E, se é certo que “o caminho faz-se caminhando”, também é verdade que no caminhar se descobrem novos horizontes. Faces de Eva e Núcleo de Estudos em Género e Música pretendem participar neste processo, salientando que ele abrange igualmente o mundo académico.

